

Mais-valias

Alienou acções nacionais ou estrangeiras detidas durante menos de 12 meses?

Nesse caso, o saldo anual positivo entre as mais e menos-valias apuradas vai ser sujeito a uma taxa especial de imposto de 10% (a não ser que opte pelo englobamento).

Para efeitos de apuramento deste saldo serão também tidas em conta outras operações, tais como, por exemplo, as operações relativas a warrants autónomos e a futuros e opções.

Caso pretenda poderá optar pelo englobamento das mais ou menos-valias. A opção pelo englobamento terá as seguintes consequências:

- ✓ Os rendimentos em causa (ganhos) passarão a ser tributados às taxas marginais aplicáveis à sua situação particular, em função da totalidade dos rendimentos englobados, até 42%.
- ✓ Se for apurado um saldo negativo num determinado ano, o mesmo pode ser reportado para os dois anos seguintes aos rendimentos com a mesma natureza desde que tenha havido opção pelo englobamento.
- ✓ A opção pelo englobamento destes rendimentos em concreto determina também a obrigatoriedade de englobamento de outros rendimentos, também eles sujeitos a taxas de retenção na fonte com carácter definitivo, tais como:
 - rendimentos de títulos de dívida, nominativos ou ao portador, bem como os rendimentos de operações de reporte, cessões de crédito, contas de títulos com garantias de preço ou de outras operações similares ou afins;
 - rendimentos de valores mobiliários devidos por entidades que não tenham domicílio em Portugal, cujo pagamento tenha sido efectuado pelo BIG ou por outra entidade residente em território Português;
 - juros de depósitos à ordem ou a prazo, ou de certificados de depósito, bem como os lucros das entidades sujeitas a IRC colocados à disposição dos respectivos associados ou titulares, incluindo adiantamentos por conta de lucros e dividendos;
 - valor atribuído aos associados em resultado da partilha que seja considerado rendimento de aplicação de capitais, bem como o valor atribuído aos associados na amortização de partes sociais sem redução de capital;
 - rendimentos auferidos pelo associado na associação em participação e na associação à quota;
 - ganhos decorrentes de operações de swaps cambiais, swaps de taxa de juro, swaps de taxa de juro e divisas e de operações cambiais a prazo;
 - rendimentos de capitais decorrentes de seguros e operações do ramo «Vida» ou de aplicações em fundos de pensões ou em outros regimes complementares de segurança social;
 - saldo positivo entre as mais e menos-valias, resultante da alienação onerosa de partes sociais, incluindo a sua remição e amortização com redução de capital, e de outros valores mobiliários e, bem assim, o valor atribuído aos associados em resultado da partilha que seja considerado como mais-valia;

- saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias resultantes de operações relativas a instrumentos financeiros derivados;
 - saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias resultantes de operações relativas a warrants autónomos;
 - saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias resultantes de operações relativas a certificados que atribuam ao titular o direito a receber um valor de determinado activo subjacente.
- ✓ Se optar pelo englobamento, não se esqueça de solicitar ao BIG, ou a outra entidade residente, a emissão de uma declaração comprovativa dos rendimentos em causa que tenham sido pagos e das respectivas retenções na fonte efectuadas durante o ano 2006. Este documento deverá ser junto à sua declaração de IRS, devendo ainda ser acompanhado de uma declaração expressa autorizando a DGI a averiguar, junto das respectivas entidades, se, em seu nome ou em nome dos membros do seu agregado familiar, existem, relativamente ao ano de 2006, outros rendimentos da mesma natureza, sob pena de não ser considerada a opção.
- ✓ Se entregar a sua declaração via *internet*, estes documentos deverão ser remetidos para o Serviço de Finanças do seu domicílio fiscal.
- ✓ Sendo apurado um saldo negativo entre mais e menos-valias resultantes de operações realizadas no mesmo ano, o englobamento poderá ser benéfico uma vez que o saldo negativo poderá ser deduzido a eventuais mais-valias obtidas nos dois anos seguintes, desde que também, relativamente a estas, opte pelo englobamento. Deverá, no entanto, ter em atenção que a opção pelo englobamento determina não só o englobamento do saldo apurado quanto a mais e menos-valias, mas também o englobamento de outros rendimentos (ver acima), pelo que, caso tenha também obtido algum dos rendimentos acima referidos, deverá verificar se o englobamento (e, consequentemente, o reporte das menos-valias) compensa, na prática, a tributação de tais rendimentos às taxas marginais aplicáveis.
- ✓ Sendo apurado um saldo positivo entre mais e menos-valias resultantes de operações realizadas durante o ano, o englobamento poderá ainda ser benéfico nos casos em que a taxa efectiva de tributação da totalidade dos rendimentos seja inferior a 10%.

Para efeitos de preenchimento da sua declaração, deverá proceder como segue:

Para acções nacionais:

As operações em causa deverão ser declaradas no **Anexo G** à declaração de IRS.

8	ALIENAÇÃO ONEROSA DE PARTES SOCIAIS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS – Art. 10.º, n.º 1, alínea b) do CIRS															
Titular	Realização					Aquisição					Despesas e encargos					
	Ano	Mês	Valor			Ano	Mês	Valor								
801					•	•	•				•	•	•	•	•	•
802					•	•	•				•	•	•	•	•	•
803					•	•	•				•	•	•	•	•	•
804					•	•	•				•	•	•	•	•	•
805					•	•	•				•	•	•	•	•	•
806					•	•	•				•	•	•	•	•	•
807					•	•	•				•	•	•	•	•	•
808					•	•	•				•	•	•	•	•	•
809					•	•	•				•	•	•	•	•	•
810					•	•	•				•	•	•	•	•	•
811					•	•	•				•	•	•	•	•	•
812					•	•	•				•	•	•	•	•	•
813					•	•	•				•	•	•	•	•	•
814					•	•	•				•	•	•	•	•	•
815					•	•	•				•	•	•	•	•	•
816					•	•	•				•	•	•	•	•	•
Soma					•	•	•				•	•	•	•	•	•

No quadro 8 desse anexo deverá mencionar:

- ✓ O titular das acções, identificado de acordo com os códigos indicados nas instruções de preenchimento referentes ao quadro 4 do mesmo anexo;
- ✓ A data da realização (venda) ano/mês e respectivo valor de realização;
- ✓ A data de aquisição (compra) ano/mês e respectivo valor de aquisição;
- ✓ As despesas e encargos necessários e efectivamente praticados inerentes à alienação (ex: comissões).

No preenchimento do quadro 8 deverá ter em conta os seguintes aspectos:

- ✓ As operações de alienação podem ser declaradas globalmente por titular de rendimentos, mencionando-se, nesse caso, como datas de aquisição e de realização, respectivamente, a primeira e a última em que as mesmas se realizaram. A declaração global será obrigatória quando o número de campos deste quadro 8 se mostre insuficiente para declarar individualmente todas as alienações;
- ✓ O valor de realização é determinado de acordo com as regras estabelecidas no artigo 44º do Código do IRS;
- ✓ O valor de aquisição é determinado nos termos dos artigos 45º e 48º do Código do IRS;

Não se esqueça de assinalar, no final do quadro 9 do Anexo em causa, se pretende optar pelo englobamento, assinalando o campo 1 ou 2, consoante o caso.

9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS, WARRANTS AUTÓNOMOS E CERTIFICADOS – Art. 10.º, n.º 1, alíneas e) a g) do CIRS					Titular	Rendimento líquido
Operações relativas a instrumentos financeiros derivados	901					
Operações relativas a warrants autónomos	902					
Operações relativas a certificados que atribuem direito a receber valor de activo subjacente	903					
Contratos de futuros e opções celebrados em Bolsa de Valores (2002)	904					
Contratos de futuros e opções celebrados em Bolsa de Valores - EBF (só para 2001)	905					
Soma						
• Opta pelo englobamento dos rendimentos incluídos nos quadros 8 e 9?					SIM 1 <input type="checkbox"/>	NÃO 2 <input type="checkbox"/>

Para acções estrangeiras:

As operações em causa deverão ser declaradas no **Anexo J** à sua declaração de rendimentos (rendimentos obtidos no estrangeiro).

Este anexo é individual, pelo que caso sejam vários os titulares de mais ou menos-valias no mesmo agregado familiar, deverá ser preenchido um anexo por titular.

- ✓ A totalidade do saldo positivo ou negativo deverá ser incluída na linha 414 do quadro 4 do Anexo J. Nessa linha, deverá incluir-se o respectivo valor ilíquido de eventual imposto no estrangeiro.
- ✓ Uma vez que não existe obrigação de retenção na fonte em Portugal relativamente a estes rendimentos, o campo “imposto retido em Portugal” não deverá ser preenchido.
- ✓ Não se esqueça de assinalar, no final do quadro 4 do Anexo em causa, se pretende optar pelo englobamento, assinalando o campo 1 ou 2, consoante o caso.

4 RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO					
NATUREZA DO RENDIMENTO	SEGURANÇA SOCIAL	MONTANTE DO RENDIMENTO	IMPOSTO PAGO NO ESTRANGEIRO	IMPOSTO RETIDO EM PORTUGAL	
TRABALHO DEPENDENTE	401	- . . .	- . . .	- . . .	
REMUNERAÇÕES PÚBLICAS (ver instruções)	402	- . . .	- . . .	- . . .	
TRABALHO INDEPENDENTE	403	- . . .	- . . .	- . . .	
COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	404	- . . .	- . . .	- . . .	
AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS OU PECUÁRIAS	405	- . . .	- . . .	- . . .	
DIREITOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL (TITULAR ORIGINÁRIO)	406	- . . .	- . . .	- . . .	
DIVIDENDOS OU LUCROS DERIVADOS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUE FORAM SUJEITOS A RETENÇÃO EM PORTUGAL	407	- . . .	- . . .	- . . .	
JUROS OU RENDIMENTOS DE CRÉDITOS DE QUALQUER NATUREZA (ver instruções)	408	- . . .	- . . .	- . . .	
ROYALTIES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	409	- . . .	- . . .	- . . .	
RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS, EXCEPTO LUCROS, [1.ª parte da alínea b) do n.º 2 do art. 101.º do CIRS]	410	- . . .	- . . .	- . . .	
RENDIMENTOS DE OUTRAS APLICAÇÕES DE CAPITAIS	411	- . . .	- . . .	- . . .	
RENDIMENTOS PREDIAIS	412	- . . .	- . . .	- . . .	
MAIS-VALIAS OU GANHOS DERIVADOS DA ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	413	- . . .	- . . .	- . . .	
MAIS-VALIAS OU GANHOS DERIVADOS DA ALIENAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - alíneas b), e), f) e g) do n.º 1 do art. 10.º do CIRS	414	- . . .	- . . .	- . . .	
OUTROS INCREMENTOS PATRIMONIAIS	415	- . . .	- . . .	- . . .	
PENSÕES	416	- . . .	- . . .	- . . .	
PENSÕES PÚBLICAS (ver instruções)	417	- . . .	- . . .	- . . .	
RENDIMENTOS DA DIRECTIVA DA POUPANÇA (N.º 2003/48/CE)	418	- . . .	- . . .	- . . .	
RENDAS TEMPORÁRIAS OU VITALÍCIAS	419	- . . .	- . . .	- . . .	
DIVIDENDOS OU LUCROS QUE NÃO FORAM SUJEITOS A RETENÇÃO EM PORTUGAL	420	- . . .	- . . .	- . . .	
Soma (401 + 402 + 403 ... + 420)		- . . .	- . . .	- . . .	
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL ISENTOS PARCIALMENTE – Art. 56.º do EBF			VALOR	421	- . . .
OPTA PELO ENGLOBAMENTO DOS RENDIMENTOS DECLARADOS NOS CAMPOS 407, 410 e 414? SIM 1 <input type="checkbox"/> NÃO 2 <input type="checkbox"/> [alínea b) do n.º 8 do art. 71.º e n.º 6 do art. 72.º do CIRS]					
OPTA PELO ENGLOBAMENTO DOS RENDIMENTOS DECLARADOS NO CAMPO 420? SIM 3 <input type="checkbox"/> NÃO 4 <input type="checkbox"/> (n.º 5 e 6 do art. 72.º do CIRS)					

- ✓ O saldo das mais e menos-valias deverá ser discriminado no quadro 6 do Anexo J, em função do país da fonte (indicando-se em cada linha o número do campo 414 e o código do país, de acordo com as instruções do Anexo J, bem como o respectivo valor).

6 DISCRIMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO							
IDENTIFICAÇÃO DO PAÍS				MONTANTE DO RENDIMENTO	IMPOSTO PAGO NO ESTRANGEIRO		
NÚMERO DO CAMPO DO QUADRO 4	INSTALAÇÃO FIXA		CÓDIGO DO PAÍS		NO PAÍS DA FONTE	NO PAÍS DO AGENTE PAGADOR DIRECTIVA DA POUANÇA (N.º 2003/48/CE)	
	SIM	NÃO			VALOR	CÓDIGO DO PAÍS	VALOR
	601						
	602						
	603						
	604						
	605						
	606						
	606						
	607						
	608						
	609						
	610						
	611						
	612						

- ✓ Caso tenha sido pago imposto no estrangeiro deverá também mencioná-lo no campo “imposto pago no estrangeiro (país da fonte)”, mas este apenas será considerado caso opte pelo englobamento. Neste caso, deverá juntar um documento comprovativo do rendimento e imposto pago no estrangeiro. Caso entregue a sua declaração pela *Internet*, deverá remeter o documento para o Serviço de Finanças da área do seu domicílio fiscal.
- ✓ A coluna “no país do agente pagador, Directiva da Poupança” não deverá ser preenchida relativamente a estes rendimentos.
- ✓ Se existirem despesas ou encargos necessários e inerentes à alienação das acções, deverá acrescê-las ao respectivo valor de aquisição das mesmas, antes de apurar o saldo das mais ou menos-valias.

- Para determinação do saldo (positivo ou negativo), deverá utilizar o câmbio de compra na data em que a operação tenha ocorrido;
- Relativamente a despesas e encargos deverá utilizar o câmbio de venda da data efectiva da realização das despesas;
- Só quando não for possível comprovar qualquer das datas referidas no ponto anterior, deverá ser utilizado o câmbio a 31 de Dezembro do ano a que os rendimentos/encargos respeitam;
- Não existindo câmbio em nenhuma dessas datas deverá aplicar-se o da última cotação anterior a essas datas.

O ganho apurado relativamente a estas operações não é sujeito a tributação mas as operações em causa deverão ser declaradas no **Anexo G1** à sua declaração de rendimentos.

- | 4 | ALIENAÇÃO ONEROSA DE AÇÕES DETIDAS DURANTE MAIS DE 12 MESES | | | | | | | | | |
|------------------|---|-----------|-----|-------|------------|-------|-----------|-----|-------|--|
| Realização | | Aquisição | | | Realização | | Aquisição | | | |
| Mês | Valor | Ano | Mês | Valor | Mês | Valor | Ano | Mês | Valor | |
| | . | . | | . | . | . | | . | . | |
| | . | . | | . | . | . | | . | . | |
| | . | . | | . | . | . | | . | . | |
| | . | . | | . | . | . | | . | . | |
| | . | . | | . | . | . | | . | . | |
| | . | . | | . | . | . | | . | . | |
| | . | . | | . | . | . | | . | . | |
| | . | . | | . | . | . | | . | . | |
| SOMA DE CONTROLO | | | | | 401 | . | . | | . | |

- Para determinação do valor de aquisição e do valor de realização, deverá utilizar o câmbio de compra na data em que a operação tenha ocorrido;
- Só quando não for possível comprovar qualquer das datas referidas no ponto anterior, deverá ser utilizado o câmbio a 31 de Dezembro do ano a que os rendimentos/encargos respeitam;
- Não existindo câmbio em nenhuma dessas datas deverá aplicar-se o da última cotação anterior a essas datas.